

07

Muito bom

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-E-17
Ex.1

Curso PEM

Partido -

Solução do S-III-6 (En)

Apresentada por

CELSO MELLO DE FIGUEIREDO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19 84

- SUEZ: OS LIMITES DA LIBERDADE DE AÇÃO EM UM MUNDO BIPOLAR -

CELSO MELLO DE FIGUEIREDO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

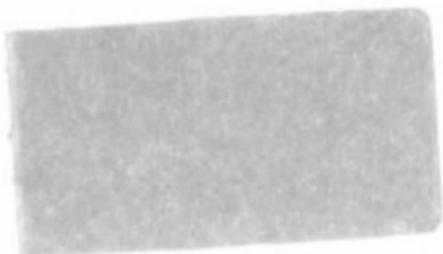


MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

- 1984 -

*cadastro
82-228
exemplar nº
103234*

MM-EGN
BIBLIOTECA
25/08/1982
N: 921



SUEZ: OS LIMITES DA LIBERDADE DE AÇÃO EM UM MUNDO BIPOLAR

Gênese - Em 1952 caía o governo impopular do Rei Farouk. Assumia o poder no Egito o General Mohammed Neguib tendo como Primeiro-Ministro e homem forte o Coronel Gamal Abdel Nasser. Nasser imprimiu ao governo um caráter fortemente nacionalista, levantando a comunidade árabe contra a longa predominância dos interesses colonialistas no Oriente Médio e na África.

Como consequência, em outubro de 1954 foi assinado o acordo de evacuação das tropas inglesas sediadas no Egito desde o antigo tratado anglo-egípcio de 1936. A retirada, porém, só se concretizou em junho de 1956.

A participação de Nasser na Conferência de Bandung em 1955, fê-lo adotar a causa dos países não-alinhados passando a polarizar o mundo árabe com suas idéias e a exercer uma liderança bem definida.

Na ocasião, a estratégia ocidental para conter a expansão russa, posta em prática através dos tratados e alianças com os países situados geograficamente na periferia do espaço soviêtico, levava à assinatura do Tratado do Atlântico Norte, do Tratado do Sudeste Asiático e do Pacto de Bagdá, ao qual a adesão do Egito se apresentava como de grande importância. No entanto, fruto da conduta adotada por Nasser, os egípcios optaram por uma posição de neutralidade, a despeito da forte pressão política sofrida. A esta altura, já estimulado pela União Soviética, o Egito não aderiu ao Pacto de Bagdá.

Nasser se constituía assim, em um entrave e num foco de sentimento anticolonianista, o qual passou a se espriar pela região influenciando os demais países da África e contrariando frontalmente os interesses dos países europeus que até então mantinham suas posições coloniais naquele continente. Assim, a França sofria as consequências na Argélia e no Marrocos. A Grã-Bretanha viu surgirem sentimentos e atitudes nacionalistas no

Kenia apoiados pelo Egito.

Tudo isto formava o pano de fundo de um cenário onde so bressaia a figura do Coronel Gamal Abdel Nasser como o princi pal obstáculo aos interesses colonialistas europeus e o grande irradiador de influência e de apoio aos movimentos rebeldes se paratistas nos países africanos.

Aproveitando o momento, a URSS passou a apoiar o Egito através do fornecimento de material bélico.

Em paralelo com todo este jogo de interesses, desenvolviam-se as negociações entre o Egito e os Estados Unidos visando ao financiamento da construção da represa de Aswan, cuja realização traria para Nasser grandes dividendos políticos perante seu povo.

Em virtude das atitudes adotadas pelo governo egípcio e o recebimento de armas provenientes da União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que estavam dispostos a financiar a obra, passaram a adotar uma posição cautelosa, até que, em julho de 1956, o Departamento de Estado norte-americano anunciou formalmente a retirada do apoio ao projeto de Aswan, sendo se guido, sem demoras, pela Inglaterra.

Nasser parecia ter perdido a oportunidade de levar a efeito o grande empreendimento, porém, em um lance que veio transformar a estrutura política mundial à época, ele se dirigiu à nação em 26 de julho de 1956 e, de Alexandria, anunciou a nacionalização do Canal de Suez para poder, com os recursos de sua exploração, custear as obras da represa. Naturalmente, dentro de sua política pendular, ele já contava com a oferta soviética para financiar Aswan.

O Canal rendia aos governos inglês e francês (respectivamente explorador e construtor) um total de cerca de US\$ 100 milhões anuais, dos quais cabia ao Egito a parcela de US\$ 3 milhões.

O Cenário político - Posição dos participantes - Compendo todo o mosaico de interesses, assim se posicionavam os países envolvidos:

Egito - A decisão egípcia continha os objetivos políticos:

- retaliar o Ocidente em virtude da recusa em financiar a construção da represa de Aswan;
- prover uma fonte de recursos para a obra;
- demonstrar a independência do Egito e reafirmar sua liderança no mundo árabe contra o colonialismo europeu; e
- explorar o nacionalismo crescente na região.

União Soviética - Apresentava-se como um observador dos acontecimentos, agindo, com oportunismo, em defesa de suas idéias e interesses e passando a:

- fornecer armamentos ao Egito;
- apoiar a construção de Aswan; e
- fomentar o sentimento anticolonialista para afastar o Egito do Pacto de Bagdá e desenvolver sua política expansionista.

Estados Unidos - A política norte-americana desenvolveu-se procurando resolver o problema por meios pacíficos, visando atrair o mundo árabe para sua esfera de influência e tentando consolidar as bases para contenção da expansão russa. Os EUA entendiam que qualquer conflito naquela área beneficiaria os interesses soviéticos.

Israel - A nação judaica observava com atenção o desenvolvimento da crise com interesses específicos, uma vez que almejava o acesso pelo Golfo de Aqaba que havia sido bloqueado aos israelenses em 1951, pelos egípcios. Além disso, acompanhava com preocupação o crescimento do poder militar do Egito em virtude do recebimento maciço de material bélico proveniente da URSS. A união do mundo árabe em torno da figura de Nasser representava, também, um grande perigo para o Estado de Israel.

Grã-Bretanha - Naturalmente, os interesses comerciais representados pelos dividendos auferidos com a exploração do Canal apresentavam-se como argumentos ponderáveis para que a Grã-Bretanha não se conformasse com a nacionalização. No entanto, a condição inaceitável para os ingleses era o desafio a que fora submetido o poder britânico através do ato de Nasser, com suas possíveis conseqüências e espraiamento pelos países árabes, ainda sob a influência da coroa inglesa naquela época. Tal situação colocava em xeque a posição britânica em todo Oriente Médio numa ocasião em que o sentimento anticolonialista assumia grandes proporções. Seu prestígio estava em jogo e Nasser era o principal problema e precisava ser derrubado. A Inglaterra, no entanto, sentia necessidade do apoio, ou pelo menos, da benção norte-americana para a intervenção.

França - Os interesses comerciais franceses sobre o Canal não alcançavam as dimensões dos ingleses, apesar de representarem valores razoáveis. Como os ingleses, os franceses sentiam de perto os efeitos da atuação de Nasser. A influência egípcia, polarizando o sentimento anticolonialista latente, era infiltrada na Argélia não só por meio das novas idéias, como também, através de apoio aos rebeldes argelinos. Esta interferência era considerada como principal fator para o insucesso dos esforços franceses desenvolvidos naquele país e colocava em perigo a dominação da França no norte da África.

Assim, Nasser se constituía no principal objetivo. Seu sucesso poderia repercutir em toda a região e levar a França a uma posição insustentável.

A nacionalização do Canal deu o pretexto para que a França se lançasse à intervenção, com o propósito real de derrubar o Coronel Gamal Abdel Nasser.

A fase das indecisões e desvios - Como vimos, as causas da crise delinearão claramente o principal objetivo anglo-francês

- a queda de Nasser.

Para tal, era necessária uma operação de caráter global, decisiva e em larga escala, que possibilitasse o acesso e a tomada de Cairo com a derrubada do líder árabe.

As alternativas para a operação se limitavam aos desembarques em Alexandria ou em Port Said, tendo sido inicialmente acordada a opção Alexandria em virtude das características locais e pelo mais fácil e rápido acesso à Cairo, que proporcionava.

Assim, em 14 de agosto de 1956, depois de várias reuniões e do estabelecimento das relações de comando e direção aliadas (nem sempre mutuamente aceitas devido a não participação do alto escalão francês no nível decisório), foi delineado o plano de assalto denominado "Musketeer", que previa o desembarque na cidade de Alexandria e a tomada de Cairo.

Já uma semana depois de alcançado tal consenso, foi elaborada pela França uma nova opção com diferente conceito da operação, desviando para Port Said a concentração dos esforços das forças aliadas. Tal iniciativa, logo contornada, dava início à série de indecisões que caracterizaram a fase de planejamento da intervenção, a qual foi na ocasião, prevista para o dia 17 de setembro.

Começaram então os preparativos, de lado a lado, para o detalhamento das ações e o aprestamento dos meios para o desembarque. Logo a seguir, por iniciativa inglesa, foi imposto um retardo à operação, passando o dia D para 25 de setembro.

No dia 5 de setembro foi realizado um exercício de desembarque em Malta.

No entanto, em paralelo decorriam ações políticas no cenário internacional, cujos reflexos se faziam presentes nas ações militares.

Um encontro de 24 países marítimos com interesses sobre

O Canal de Suez foi convocado em Londres para o período de 16 a 23 de agosto. O Egito e a Grécia não compareceram. Ao final, foi elaborada uma proposta a ser encaminhada a Nasser, a qual admitia o direito do Egito nacionalizar o Canal mas, alegando necessidade de manutenção da liberdade de navegação, era prevista a operação do Canal por uma companhia internacional.

Uma comissão formada por representantes de 5 nações foi constituída sob a presidência do Primeiro-Ministro australiano e encarregada de negociar com o Egito. Em 9 de setembro, Nasser rejeitava a idéia.

A despeito disso e dentro da política de evitar o conflito na região, os Estados Unidos, com a concordância da Grã-Bretanha e da França, anunciam um novo plano para Suez - a formação de uma associação dos usuários do Canal - "Suez Canal Users Association" (SCUA), a qual se encarregaria de operar o Canal. Nasser volta a rejeitar.

Em 23 de setembro, aproveitando as recusas egípcias às propostas encaminhadas para a solução pacífica da crise, os ingleses e os franceses levam o problema ao Conselho de Segurança das Nações Unidas procurando obter uma resolução que amparasse politicamente a intervenção.

Durante todo este período, são intensos os esforços ingleses visando obter a anuência americana para um ato de força. Sempre sem êxito.

Todo este efervescente quadro político levou a um novo adiamento da operação e a uma nova alteração no seu conceito.

Principalmente devido às pressões recebidas, a 10 de setembro foi abandonada a idéia da invasão por Alexandria. Foi então adotada a alternativa de Port Said, determinando o confinamento do teatro à região do Canal. Desviou-se, desta forma a ação militar, do propósito da intervenção - derrubar Nasser.

Assim, nascia o plano "Musketeer Modificado" onde era fixa

da a data de 1 de outubro para o assalto à Port Said, o qual deveria ser precedido de uma ação aérea sobre o alvo, de modo que o desembarque fosse efetuado com a menor oposição possível.

Logo depois, esta data foi adiada duas vezes visando aguardar a reunião do Conselho de Segurança da ONU.

Tudo se desenvolvia em desacordo com a idéia inicial da operação, que deveria ser rápida, abrangente e decisiva, e propiciava, desta forma, condições para que Nasser aproveitasse a reação da opinião pública.

A 13 de outubro o Conselho de Segurança da ONU chegava a uma resolução de "6 princípios" que atendia aos interesses politicos do Egito, sem aprovar a parte da proposta que invocava o conceito da operação do Canal através da SCUA.

Em paralelo com os entendimentos em curso nas Nações Unidas, aparecia uma nova peça no intrincado "jogo de xadrez" formado pelos interesses envolvidos - Israel. Preocupados em derrubar Nasser para evitar sua influência aglutinadora e desorganizar o movimento de unificação árabe, desejando também pôr termo ao bloqueio de Eilat imposto pelo Egito e eliminar as concentrações palestinas no Sinai e na faixa de Gaza, os israelenses, já desfrutando de ponderável apoio da França que lhe fornecia grande quantidade de armas, apresentavam-se como um parceiro interessado no desenrolar dos acontecimentos e pronto a participar das ações militares contra os egípcios.

Descontentes com as vacilações e com os adiamentos da intervenção impostos pela Inglaterra na busca do apoio americano, os franceses entenderam que a disposição israelense se constituía em elemento oportuno para o desencadeamento das ações. Reuniões foram realizadas e acertados os detalhes. Estava combinada a invasão israelense ao Egito - Operação Kadesh.

Para Israel, a união com a França assegurava a cobertura política considerada indispensável. Além disso, Israel julgava

essencial à sua participação, garantir, pelo menos, a neutralidade inglesa, face não só aos interesses daquele país na re-
gião, como também, devido à sua condição de "garantor" assumi-
da ao término da campanha da independência de Israel.

Na oportunidade, vendo frustradas as tentativas junto aos Estados Unidos, a Grã-Bretanha resolve aderir aos entendimentos franco-israelenses e acerta a ação conjunta. Estávamos em 24 de outubro de 1956.

A operação foi planejada de modo que a invasão inicial par-
tisse de Israel e seria seguida de um "ultimatum" da França e da Inglaterra, dirigido aos "dois países" em resguardo aos seus interesses na região. Estaria assim assegurada a justificativa para a invasão aliada, que foi então acertada para o dia 5 de novembro.

Conforme o combinado, Israel invade o Egito em 29 de outu-
bro, a França e a Inglaterra lançam o "ultimatum" acertado, os Estados Unidos, apoiados pela União Soviética, propõe ao Conse-
lho de Segurança da ONU uma moção de imediato cessar-fogo, a qual é vetada pela Inglaterra e pela França.

A invasão - Os israelenses invadem o Sinai e forçam o res-
cudo das forças egípcias até o Canal.

No dia 31 de outubro a França e a Inglaterra lançam seus aviões e destroem os aeroportos e grande parte da aviação egíp-
cia. Por iniciativa americana, apoiada pela URSS, o Conselho de Segurança da ONU convoca a Assembléia Geral para uma reunião de emergência.

Em 5 de novembro as tropas de pára-quedistas são lançadas sobre Port Said e Port Fuad e neste mesmo dia assumem o domínio das ações. No dia seguinte é realizado o desembarque aliado pra-
ticamente sem oposição.

Enquanto isso, no âmbito internacional a posição americana estimula os demais países e a Assembléia Geral adota uma resolu-

ção determinando o imediato cessar-fogo, além da retirada das forças aliadas do território do Egito, acordando, outrossim, a constituição de uma força internacional de paz sob o comando do General Burns, canadense, para supervisionar as ações na região.

Neste meio termo, o avanço aliado é sustado por ordens de Londres e Paris, restringindo a presença aliada à área de Port Said. Os israelenses alcançam seus objetivos e mantêm suas posições, sem interesse em maiores avanços.

No final do dia 6 de novembro é determinado o cessar-fogo.

No dia 12 de novembro, a ONU anuncia que fora alcançado um acordo com o Egito, obedecendo sua soberania na área em conflito e que a Força Internacional permaneceria naquele território durante o período de tempo que o Egito julgasse conveniente.

No dia 22 de dezembro é completada a retirada das forças aliadas do Egito e a Força Internacional passa a supervisionar as atividades no Canal.

A crise de Suez chegara ao fim e o Canal era agora egípcio "de jure" e "de facto".

Lições e consequências - O episódio de Suez constituiu-se no "turning point" do pós-guerra, estabelecendo um novo "status" de forças e prestígio no cenário internacional.

Antes da crise, as nações européias mantinham-se em posição de realce no contexto geral, formando um bloco solidário com as nações vitoriosas no último conflito mundial.

Depois do evento, tanto o prestígio quanto a solidariedade se desvaneceram. Havia chegado ao seu termo uma época de liderança, principalmente para a Grã-Bretanha.

A intervenção no Egito, apesar de vitoriosa no campo militar, se constituiu em total fracasso em termos políticos, basi

camente pela falta de compreensão da conjuntura mundial daque la época. A ação colonizante já não tinha mais espaço nem am biente para medrar e, além disso, ficou evidenciado que a in tervenção não poderia alcançar o sucesso desejado carecendo do apoio das grandes potências.

As pressões exercidas pelos Estados Unidos e pela União So viética levaram o episódio a se transformar em uma ação que já não tinha em seu bojo um objetivo definido, uma vez que o propó sito da operação fora abandonado.

A ação franco-inglesa fugiu ao contexto político. O fator essencial para o êxito seria a obtenção da aquiescência da opi nião pública mundial, e este requisito, externo à ação militar, não foi atendido.

Gamal Abdel Nasser tinha perfeita compreensão deste qua dro, posto que, uma vez ameaçado pela invasão aliada, assim se expressou - "Eu não pretendo lutar com eles, minha intenção é recuar e esperar que a opinião pública mundial me salve".

Verificamos assim que, em virtude da conjuntura interna cional hoje vigente, caracterizada pela influência bipolar das grandes potências, qualquer operação militar parece estar condi cionada a ações rápidas e decisivas de modo a atingir seus obje tivos e logo alcançar a situação do "fato consumado". A par dis so, torna-se imprescindível amparar as ações militares por meio de uma atuante e eficaz ação nos campos político e diplomático perante o concerto das nações, principalmente junto àquelas que exercem maior influência no cenário mundial.

BIBLIOGRAFIA

1. BEAUFRE, André. The Suez Expedition - 1956. New York, Frederick A. Praeger, Publishers, 1969.
2. BINDRA, A. P.S. Suez Thrombosis - Causes and Prospects. Nova Delhi, Vikas Publications, 1969.
3. BONIE, Robert R. Suez - 1956. New York, Oxford University Press, 1974.
4. MORRIS, Eric. The Suez affair. War in Peace. Londres, 3 (26): 509-11, 1983.

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

5 JUL 99
08 ABR 1993
15 ABR 2004



00020920000971

Suez

2-E-17

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

N.Cham. 2-E-17

Autor: Figueiredo, Celso Mello de

Título: Suez : os limites da liberdade de ação em um



103254

82125

Ex.1

Figueiredo, Celso Mello de

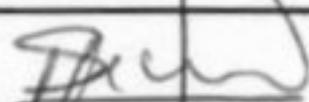
Suez os limites da liberdade d
e ação em um mundo bipolar

TITULO

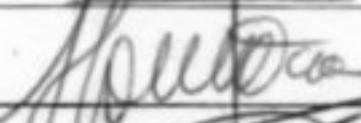
2-E-17

DEVOLVER NOME LEIT. (971/87)

5 JUL 88

 Sergio
Muniz

08 ABR 1993

 Afonso

15 ABR 2004

 CENOSCOPE